RECIBO DE PUBLICAÇÃO

CNPJ	Razão Social	Data de Publicação	Hash de Publicação
15.186.494/0001-18	SAO GABRIEL SANEAMENTO S.A	28/08/2025 12:12:44	3C0A6961C42ECD116040B59C9DB1DFDD3BEE4691

Parecer dos Auditores Independentes

Data de Início	Data de Fim	Consolidada	Origem
01/01/2024	31/12/2024	-	Participante-Upload

Titulo

1950-25 Relatório dos Auditores 2024 - São Gabriel_ReprAgo25

Descrição

1950-25 Relatório dos Auditores 2024 - São Gabriel_ReprAgo25

Anexos

Tipo de Anexo	Título	Descrição

Publicante

Nome	CPF/CNPJ	Data Publicação	Perfil	Tipo de Acesso
MELO VASCONCELOS CONSULTORIA CONTABIL LTDA:31749298000160	31.749.298/0001-60	28/08/2025 12:12:44	Procurador	Certificado Digital

SÃO GABRIEL SANEAMENTO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

SÃO GABRIEL SANEAMENTO S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Tel.: + 55 62 3283 7272
Fax: + 55 62 3283 7272
www.bdo.com.br

Rua 5, Qd. C-4, Lt.16/19, 5º andar,
Setor Oeste, Goiânia, GO
Brasil 74230-100

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
São Gabriel Saneamento S.A
São Gabriel - RS

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da São Gabriel Saneamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das práticas contábeis materiais e informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador (CFC) e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 27 de março de 2025.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 RS 005519

Fernando Eduardo Ramos dos Santos
Contador CRC 1 GO 014553/O-0 – S - RS

SÃO GABRIEL SANEAMENTO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Nota explicativa	2024	2023	Passivo	Nota explicativa	2024	2023
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.334	23.320	Fornecedores a pagar	13	971	970
Contas a receber	5	7.473	7.978	Debêntures e financiamentos	14	6.829	6.672
Adiantamentos a fornecedores	6	1.467	1.887	Arrendamentos a pagar	10	549	-
Despesas antecipadas		23	26	Salários e encargos sociais	15	967	1.414
Tributos a recuperar		809	-	Tributos a pagar	16	663	327
Estoques	7	750	710	Outros passivos		1	11
Outros ativos		-	47				
Total do Circulante		**18.856**	**33.968**	**Total do Circulante**		**9.980**	**9.394**
Não circulante				**Não circulante**			
Aplicações Financeiras	4	6.330	6.078	Debêntures e financiamentos	14	93.981	96.694
Contas a receber	5	22	272	Arrendamentos a pagar	10	880	-
Partes Relacionadas	8	1.170	-	Provisão para contingências	17	48	19
Tributos diferidos	16	173	345	Dividendos a pagar	18	1.635	1.635
Ativo de Contrato	9	24.226	8.908				
Direito de uso	10	1.525	-				
Imobilizado	11	1.081	719				
Intangível	12	68.718	72.483				
Outros ativos		37	12				
Total do Não Circulante		**103.281**	**88.817**	**Total do Não Circulante**		**96.545**	**98.348**
				Patrimônio líquido	19		
				Capital social		5.483	5.483
				Reserva legal		1.097	1.097
				Reserva de lucros		9.032	8.463
				Total do Patrimônio Líquido		**15.612**	**15.043**
Total do Ativo		**122.137**	**122.785**	**Total do Passivo**		**122.137**	**122.785**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SÃO GABRIEL SANEAMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota explicativa	2024	2023
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços	20	30.316	31.006
Receita de construção		15.318	7.400
Custo dos serviços prestados	21	(18.037)	(18.094)
Custo de construção		(15.318)	(7.400)
		12.279	**12.912**
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e Administrativas	22	(514)	(760)
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")		(20)	(168)
Outras receitas (despesas) operacionais		(102)	(22)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**11.643**	**11.962**
Resultado financeiro Líquido	23	(10.627)	(5.866)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**1.016**	**6.096**
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	(274)	(1.969)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	(173)	(49)
Lucro do exercício		**569**	**4.078**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SÃO GABRIEL SANEAMENTO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(EM MILHARES DE REAIS)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**569**	**4.078**
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do período	**569**	**4.078**
Total do resultado abrangente atribuído aos:		
Acionistas	**569**	**4.078**
	569	**4.078**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SÃO GABRIEL SANEAMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Total
Em 1º de janeiro de 2023	**5.483**	**1.097**	**4.385**	**10.965**
Lucro do exercício	-	-	4.078	**4.078**
Em 31 de dezembro de 2023	**5.483**	**1.097**	**8.463**	**15.043**
Lucro do exercício	-	-	569	**569**
Em 31 de dezembro de 2024	**5.483**	**1.097**	**9.032**	**15.612**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SÃO GABRIEL SANEAMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(EM MILHARES DE REAIS)

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do Exercício	**569**	**4.078**
Ajustes		
Depreciação	147	17
Amortização Intangível	3.929	3.369
Amortização de arrendamentos	525	-
Amortização do custo de transação	202	120
Encargos financeiros de financiamentos e debêntures	12.541	7.880
Encargos financeiros de arrendamento mercantil	41	-
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	20	168
	17.974	**15.632**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	735	(2.385)
Adiantamentos a fornecedores	420	(1.748)
Despesas antecipadas	3	8
Tributos a recuperar	(809)	4
Outros ativos	22	13
Estoques	(39)	235
Partes Relacionadas	(1.170)	-
Fornecedores	1	(6.079)
Salários e encargos sociais	(446)	(245)
Tributos a pagar	336	(12)
Tributos Diferidos	172	-
Provisão para contingências	29	(71)
Outros passivos	17	-
	(730)	**(10.280)**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**17.244**	**5.352**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao investimento	(252)	(4.855)
Ativo de direito de uso	(2.049)	-
Adições ao imobilizado	(536)	938
Adições aos Ativos de Contratos	(15.318)	(4.464)
Adições ao ativo intangível	(164)	(3.040)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(18.319)**	**(11.421)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Mútuos com partes relacionadas	-	(2.921)
Amortizações financiamentos e debêntures	(15.299)	54.890
Arrendamentos a pagar	1.388	-
Dividendos a pagar	-	(23.000)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	**(13.911)**	**28.969**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**(14.986)**	**22.900**
Variação no Caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.320	420
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8.334	23.320
	(14.986)	**22.900**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações Gerais

A São Gabriel Saneamento S.A. ("São Gabriel" ou "Companhia") é uma controlada direta da Sociedade de Participação em Projetos de Saneamento Ltda. ("SPPS"), que é controlada indireta e integral da Norte Saneamento S.A ("Norte Saneamento"), sendo parte integrante de seu grupo econômico.

A Companhia tem como principal objetivo a exploração do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município de São Gabriel - RS, conforme contrato nº 051/2012.

O período de concessão é de 30 anos a partir de março de 2012 com possibilidade de prorrogação por mais 15 anos. Anualmente ocorre o reajuste tarifário com base na variação oficial do IPC (índice de preços ao consumidor).

Conforme previsto no contrato de concessão, a cada 5 anos ocorrerá uma revisão periódica ordinária objetivando a distribuição de ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado e distorções positivas e negativas nos custos dos serviços prestados. Os ativos reversíveis correspondem a 100% dos itens necessários para execução do escopo de concessão.

Em 22 de Agosto de 2024 a Companhia alterou o objeto social para a inclusão da atividade de tratamento de efluentes gerados em aterros sanitários.

2. Base para preparação das demonstrações contábeis e resumo das práticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidos pelo *International Accounting Standards Board (IASB*) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*).

Essas demonstrações contábeis estão sendo emitidas após sua aprovação da Diretoria em 27 de março de 2025.

2.2 Base para preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade Operacional

A Administração da Companhia, na data de aprovação das demonstrações contábeis, tem expectativa razoável de que possui recursos adequados para continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, foi considerada na elaboração das demonstrações contábeis a premissa de continuidade operacional da Companhia.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos na demonstração financeira da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico onde atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

2.4 Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa 5 – Contas a receber (provisão para perdas de recebíveis);
- Nota explicativa 11 –Imobilizado (depreciação pela vida útil);
- Nota explicativa 12 –Intangível (amortização pela vida útil);
- Nota explicativa 17- Provisão para contingências (pareceres jurídicos).

3. Principais práticas contábeis materiais

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 Contas a receber e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”), calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas estimadas.

3.3 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas de fornecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

3.4 Ativos financeiros e não financeiros

3.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.4.3 *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas, somente se há evidência objetiva de perda após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e que estas perdas terão impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, tendo que ser este evento, estimado de maneira confiável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, como para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

3.5 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas e todos os outros reparos e manutenções, são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil fiscal dos equipamentos.

Abaixo as taxas utilizamos em 2024:

Imobilizado	Taxas de depreciação (vida útil fiscal)
. Móveis e Utensílios	10%
. Computadores e periféricos	20%
. Veículos	25%
. Aparelhos de comunicação	10%
. Equipamentos operacionais	25%

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais”, na demonstração do resultado.

3.6 Ativos intangíveis

(a) Sistema de Água e Esgoto

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê, correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 – Contratos de Concessão do IASB.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pelas concessões.
Abaixo as taxas utilizamos em 2024:

	Taxas de amortização (vida útil)
Sistema de abastecimento de água	(*)
Sistema de esgoto sanitário	(*)
Edificações e construção civil	4%
Máquinas e equipamentos	10%
Software	20%
Outorga	3,33%
Desenvolvimento de novos negócios	3,33%

(*) A amortização da infraestrutura de água e esgoto é realizada pelo prazo do contrato de concessão ou vida útil, dos dois o menor.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela concessão (Nota 12).

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

3.7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

3.8 Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos financiamentos são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o financiamento seja sacado.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a data do balanço.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo intangível quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como custo no período que são incorridos.

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

(i) Arrendatário

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(ii) Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

(iii) Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

3.10. Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil.

- Perda possível: são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.

- Perda remota: são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

3.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece suas receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável a geração de benefícios econômicos futuros e quando as obrigações de desempenho foram cumpridas, atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços de água e esgoto

A receita de prestação de serviços de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas pelo valor justo a receber.

(b) Receita de construção

	2024	2023
Receita/Custo de Construção	15.318	7.400
	15.318	7.400

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos na formação da infraestrutura de cada contrato, determinado com base nos correspondentes custos de envolvimento na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas (IFRIC 12 / ICPC 01 (R1) e OCPC 05).

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico IFRIC 12 do IASB e ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Concessão, e não considera margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência.

Essa receita é reconhecida juntamente com os custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos em formação.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

3.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.13 Imposto de renda e contribuição social

Os impostos são calculados com base no lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributário anual (Lucro Real).

3.14 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis

O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos:

- O direito da Companhia de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período;

- Se o direito da Companhia de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenant existir no final do período do relatório ou antes dele;

- A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a Companhia exercer seu direito de postergar a liquidação; e

- No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria Companhia, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial.

Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia.

b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento

Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda.

Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação).

Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário.

Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia.

c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)

Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (reverse factoring, forfait ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 – podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027.

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Companhia espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Fundo fixo	3	3
Banco conta movimento	170	114
Aplicação financeira	14.491	29.281
	14.664	29.398
Ativo circulante	8.334	23.320
Ativo não circulante	6.330	6.078

	Natureza	Indexador	2024	2023
Santander	CDB	100% do CDI	151	352
Banco Sicredi	Poupança	6,17% + TR	9	8
Bradesco	CDB	100% do CDI	5.687	27.573
Sicoob	CDB	100% do CDI	7.181	-
Caixa Econômica Federal	CDB	100% do CDI	1.463	1.348
			14.491	29.281
Ativo circulante			8.161	23.203
Ativo não circulante			6.330	6.078

As Aplicações financeiras do ativo circulante o são basicamente CDBs aplicados nos bancos onde o Companhia mantem relação comercial.

As aplicações financeiras no ativo não circulante são atreladas a Certificados de Depósitos Bancários – CDB dos Banco Bradesco e Caixa Econômica Federal e foram constituídas para fins de mecanismo de liquidez (contas reserva) para garantir financiamentos bancários e debêntures.

Essas aplicações são realizadas juntos a instituições financeiras de primeira linha, são pós fixadas e rendem em média cerca de 100% do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Contas a receber

	2024	2023
Serviço de água e esgotos	7.038	8.801
Serviços incorridos e não faturados	916	-
	7.955	8.801
(-) Provisões estimadas de perdas	(460)	(551)
	7.495	8.250
Ativo circulante	7.473	7.978
Ativo não circulante	22	272

A Companhia adota como política para constituição de provisão de perdas esperadas, análises de risco dos créditos que contemplam o histórico de perdas e a situação específica de cada cliente. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber.

Movimentação da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa:

	2024	2023
Saldo Inicial	(551)	(383)
Baixa efetiva clientes	91	-
Provisão	-	(168)
Saldo Final	(460)	(551)

A análise de vencimentos do contas a receber referente a 2024, está apresentada a seguir:

	2024	2023
Faturas a vencer	2.589	4.688
Parcelamentos a vencer	499	-
Vencidas		
Até 30 dias	1.533	1.802
De 31 a 60 dias	498	553
De 61 a 90 dias	179	202
De 91 a 180 dias	260	323
De 181 a 360 dias	415	254
Mais de 360 dias	1.066	979
Contas a receber de clientes	7.038	8.801

6. Adiantamentos a fornecedores

	2024	2023
Stamz Engenharia Ltda	857	1.246
Engbombas Projetos Ltda	183	216
Corr Plastik Industrial Ltda	149	292
Outros	278	133
	1.467	1.887

Os adiantamentos correspondem, substancialmente, a execução, fabricação, fornecimento de tubos e a montagem das estações elevatórias de esgoto e vem sendo descontados das medições e fornecimentos mensais.

7. Estoques

	2024	2023
Materiais	630	559
Hidrômetros	-	64
Tubos PVC	120	87
	750	710

8. Partes Relacionadas (Ativo)

	2024	2023
Norte Saneamento S. A	927	-
Sul Concessões S. A	243	-
	1.170	-

Os valores repassados a Norte Saneamento S.A e a Sul Concessões S.A, correspondem ao apoio operacional fornecido pela estrutura da São Gabriel em estudos de mercado.

9.Ativos de Contratos

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Saldos em 31/12/2024
Obras em andamento			
Sistema de abastecimento de água	8.908	15.318	24.226
	8.908	15.318	24.226

Conforme estabelecido no CPC 47 / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos da Concessão, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras.

O saldo de ativo de contrato correspondem a obras de redes coletoras e elevatórias de esgoto e novas ligações de água e esgoto, com previsão de conclusão até dezembro de 2025.

10. Direito de uso/ Arrendamentos a pagar (IFRS 16/CPC 06)

Os contratos arrendados são basicamente relativos à locação de máquinas e equipamentos pesados, veículos e computadores. A Companhia adotou como taxa incremental IPCA + 8,32% a.a. que foi a taxa de captação da Debêntures da 1ª emissão da Companhia.

Abaixo movimentação do direito de uso (ativo) e dos arrendamentos a pagar (passivo):

	Prazo contrato	Saldos em 31/12/2023	Adições	Saldos em 31/12/2024
Direito de Uso				
Computadores e periféricos	36 meses	-	65	65
Veículos	48 meses	-	700	700
Máquinas e equipamentos	60 meses	-	1.285	1.285
		-	2.050	2.050
Amortização				
Computadores e periféricos		-	(22)	(22)
Veículos		-	(175)	(175)
Máquinas e equipamentos		-	(328)	(328)
		-	(525)	(525)
		-	1.525	1.525

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Apropriação de juros	Pagamento de principal e juros	Saldos em 31/12/2024
Arrendamentos a pagar	-	2.050	41	(662)	1.430
Passivo circulante					549
Passivo não circulante					880

Vencimento dos arrendamentos a pagar no passivo não circulante:

Não Circulante por faixas de vencimento	2024
2026	487
2027	393
	880

11. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2024
Custo					
Móveis e Utensílios		148			148
Computadores e periféricos		640	30	(10)	659
Veículos		309	129	(17)	422
Veículos pesados		13	11	-	23
Aparelhos de comunicação		-	2	-	2
Equipamentos operacionais		383	364	-	747
		1.493	536	(27)	2.002
Depreciação					
Móveis e Utensílios	10%	(100)	(11)	-	(111)
Computadores e periféricos	20%	(534)	(35)	-	(569)
Veículos	25%	(92)	(61)	-	(153)
Equipamentos operacionais	25%	(48)	(12)	-	(60)
Aparelhos de comunicação	10%	-	(28)	-	(28)
		(774)	(147)	-	(921)
		719	389	(27)	1.081

12. Intangível

	Taxa média anual	Saldos em 31/12/2023	Adição	Saldos em 31/12/2024
Custo				
Sistema de abastecimento de água		14.273	161	14.434
Sistema de esgoto sanitário		59.879	-	59.879
Edificações e construção civil		1.488	-	1.488
Máquinas e equipamentos		2.806	2	2.808
Software		328	-	328
Outorga		2.000	-	2.000
Desenvolvimento de novos negócios		2.742	-	2.742
		83.514	163	83.678
Amortização				
Sistema de abastecimento de água		(3.631)	(378)	(4.009)
Sistema de esgoto sanitário		(3.045)	(3.069)	(6.115)
Edificações e construção civil	4%	(369)	(69)	(438)
Máquinas e equipamentos	10%	(1.808)	(255)	(2.063)
Software	20%	(328)	-	(328)
Outorga	3,3%	(761)	(67)	(828)
Desenvolvimento de novos negócios	3,3%	(1.089)	(91)	(1.180)
		(11.031)	(3.929)	(14.960)
		72.483	(3.926)	68.718

A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A amortização da infraestrutura de água e esgoto é realizada pelo prazo do contrato de concessão ou vida útil, dos dois o menor.

Valor referente ao pagamento da outorga e está sendo amortizado pelo prazo da concessão.

Os bens reversíveis são todos os ativos do sistema de água e esgoto existentes por ocasião da assinatura do referido contrato e aqueles posteriormente implantados para a prestação exclusiva e permanente do serviço de água e esgoto. A Companhia tem direito à indenização correspondente aos investimentos efetuados após a data da concessão, vinculados aos bens reversíveis ainda não amortizados, desde que realizados para garantia à continuidade e atualização da prestação dos serviços abrangidos pelo contrato.

13. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores		
Serviços	580	603
Materiais	199	201
Energia	51	50
Outros	141	116
	971	970

A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, que prestam serviços e fornecem materiais para a operação de fornecimento de água e esgotamento sanitário, com prazo médio de pagamento de cerca de 30 dias.

14. Debêntures e financiamentos

	Indexador	Vencimento	2024	2023
Debêntures 1° Emissão	IPCA + 8,32% a.a.	2040	68.523	69.478
Caixa Econômica Federal	TR + 7,80% a.a.	2037	34.285	36.088
Total			102.809	105.566
Custos de transação			(1.998)	(2.200)
Total da Dívida			100.810	103.366
Passivo circulante			6.829	6.672
Passivo não circulante			93.981	96.694

Financiamentos

Para viabilizar os investimentos em melhorias no sistema de abastecimento de água e na ampliação do esgotamento sanitário, a São Gabriel Saneamento contratou, em 2013, financiamento junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Saneamento para Todos. O financiamento está estruturado em três contratos: 0384.835-98 – Esgoto, 0384.834-83 – Água e 0384.838-29 – DI.

A São Gabriel Saneamento cumpre integralmente as obrigações previstas nesses contratos, especialmente aquelas estabelecidas na cláusula décima sexta, como a manutenção de apólices de seguro de responsabilidade civil, ambiental e riscos de engenharia, a constituição de conta reserva com recursos equivalentes a três parcelas vincendas e a adimplência com todos os tributos federais, estaduais e municipais.

Um dos compromissos mais relevantes assumidos pela concessionária é a manutenção da regularidade contratual perante o contrato de concessão. Todos os marcos e metas estabelecidos estão sendo cumpridos, incluindo a implantação do sistema de dosagem de produtos químicos na estação de tratamento de água, a implantação do sistema de telemetria, a implantação do sistema de desidratação do lodo da estação de tratamento de água, a hidrometração de 100% das ligações e a cobertura de 60% da rede coletora de esgoto.

Em conformidade com o contrato de concessão, a São Gabriel Saneamento mantém as apólices de seguro exigidas, sendo elas: na modalidade de seguro garantia, a apólice nº 05991202400510775002117100000 da seguradora Swiss Re Corporate Solutions; na modalidade de riscos operacionais, a apólice nº 02852.2023.0001.0196.0004605 da seguradora AXA Seguros S.A; e na modalidade de responsabilidade civil geral, a apólice nº02852.2023.0001.0351.0011713 também da AXA Seguros S.A., cumprindo integralmente as exigências contratuais.

A empresa também mantém todas as licenças ambientais, alvarás e autorizações exigidas para a operação de suas atividades. Entre elas, destacam-se a licença de operação da estação de tratamento de água, LO.02769/2020, válida até 03/05/2025, a licença de operação do sistema de esgotamento sanitário do município de São Gabriel, LO.03171/2024, válida até 24/11/2026, e a outorga para captação de água superficial para abastecimento público, concedida pela Portaria DRHS N° 000.276/2025. Também foram elaboradas as demonstrações financeiras auditadas, acompanhadas do relatório de auditoria e respectivas notas explicativas.

Debêntures

Em 15 de maio de 2023, realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures. Foram subscritas e integralizadas 70.000 (setenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (um mil reais).

Os recursos obtidos pela emissora com as Debêntures serão integral, única e exclusivamente destinados ao projeto de universalização de água e esgoto em São Gabriel/RS, e investimento em infraestrutura no setor de saneamento básico, que visa ampliar e adequar os sistemas de abastecimento de água e esgoto, reduzir perdas, modernizar o sistema de distribuição de água, bem como prepará-lo para a operação até o final da concessão.

A seguir a movimentação das debêntures e financiamentos no exercício de 2024:

	Saldos em 31/12/2023	Juros Incorridos	Pagamentos	Saldos em 31/12/2024
Debêntures	69.478	9.539	(10.494)	68.523
Caixa	36.088	3.002	(4.805)	34.285
Total	105.566	12.541	(15.299)	102.809

Cláusulas Restritivas (Covenants)

Os covenants são condições restritivas, que visam a dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. As debêntures emitidas pela Companhia possuem os seguintes covenants pactuados: dívida líquida/EBITDA e o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD).

O índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA em montante igual ou inferior a 5,50x (cinco inteiros e cinquenta centésimos vezes) (“Índice Financeiro”), será apurada anualmente com base nas demonstrações contábeis auditadas da Emissora.

O ICSD deverá ser anualmente apurado, sendo a primeira apuração do ICSD a ser feita em 2028, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2027. Durante a vigência da Escritura a Emissão a emissora precisa atender Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) de 1,30x (um inteiro e trinta centésimos vezes).

Aplicando a metodologia de Dívida Líquida / EBITDA conforme Escritura da Emissão, com base nas demonstrações do exercício de 2024, a Companhia, atendeu na plenitude os covenants estabelecidos.

Os vencimentos das debêntures e financiamentos do passivo não circulante estão assim distribuídos:

	2026	2027	2028	2029	Após 2029	Total
Vencimentos	1.156	702	2.107	2.488	87.529	93.981

15. Salários, benefício e encargos sociais

	2024	2023
Provisões e encargos	553	590
Salários a pagar	271	183
Encargos a recolher	144	197
Participação nos resultados	-	444
	967	1.414

16. Tributos a pagar

Correntes

	2024	2023
Corrente		
COFINS	258	174
IRPJ	188	20
CSLL	86	60
ISS	77	29
PIS	31	36
Impostos retidos de terceiros	22	8
	663	327

Diferidos

	2024				2023			
	Base de cálculo	IRPJ (25%)	CSSL (9%)	Total	Base de cálculo	IRPJ (25%)	CSSL (9%)	Total
Tributos Diferidos Ativos								
Provisão para devedores duvidosos	460	115	41	156	851	213	77	289
Provisão para contingências	48	12	4	16	163	41	15	56
Total	508	127	46	173	1.014	254	91	345
Total Tributo Diferido Líquido				173				345

Movimentação do imposto diferido

Saldo do passivo diferido em 31/12/2023	345
Constituição/Realização do ativo fiscal diferido - Resultado	(172)
Saldo do passivo diferido em 31/12/2024	173

Os tributos diferidos ativos correspondem as diferenças temporárias reconhecidas na apuração do lucro real da Companhia.

17. Provisão para contingências

	2024	2023
Ações Cíveis	48	19
	48	19

A Administração da Companhia adota a política de registro de provisão para fazer frente a processos e notificações envolvendo ações de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas, com base em pareceres jurídicos dos advogados e em montantes julgados suficientes para cobertura de prováveis perdas.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em algumas ações judiciais referentes as questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos, representa aproximadamente R$ 173 em 31 de dezembro de 2024 (2023 – R$ 142).

18. Dividendos a pagar

O lucro líquido do exercício é destinado conforme determinado no Estatuto Social, observando se as disposições legais aplicáveis e a distribuição de dividendos obrigatórios previstos na legislação societária de 75% do lucro, limitado ao montante que tiver sido efetivamente realizado, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

Em 2024, não houve destinação de lucros a título de dividendos e o valor provisionado no passivo não circulante correspondem a lucros anteriores a 2023, e serão realizados após a finalização do plano de investimentos da Companhia (*completion*) previsto para 2027.

19. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social é de R$ 5.483 composto de 5.483.320 ações nominativas sem valor nominal, sendo 2.741.660 ações ordinárias e 2.741.660 de ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A distribuição das quotas do capital está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações		% de ações
	Sociedade de Participação em Projetos de Saneamento - SPPS	Total	Sociedade de Participação em Projetos de Saneamento - SPPS
Ações ordinárias ("ON")	2.741.660	2.741.660	100%
Ações Preferenciais ("PN")	2.741.660	2.741.660	100%
	5.483.320	5.483.320	100,00%

Reserva legal

A reserva legal deverá ser constituída mediante destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação. Esta reserva será constituída, obrigatoriamente, pela Companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida.

Em 2024 não foi constituída a reserva legal por ter atingido o limite obrigatório de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para a infraestrutura, conforme a administração da Companhia.

20. Receita líquida de serviços

	2024	2023
Serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário	33.032	34.289
Receita a faturar	168	(109)
Outras receitas	208	-
Deduções	(3.093)	(3.174)
	30.316	31.006

As receitas de prestação de serviços são provenientes das obrigações de desempenho referentes aos fornecimentos de água e coleta de esgoto, e a receita de construção está vinculada aos gastos de formação da infraestrutura da concessão durante o exercício de 2024.

21. Custos dos serviços prestados

	2024	2023
Pessoal	(5.425)	(6.159)
Depreciação/amortização	(4.600)	(3.018)
Serviços	(3.562)	(1.813)
Tratamento/ químicos	(1.552)	(1.567)
Energia	(1.307)	(1.710)
Materiais	(905)	(1.230)
Outros	(516)	(2.118)
Aluguel equipamentos	(170)	(479)
	(18.037)	(18.094)

O saldo de depreciação e amortização, contempla a amortização dos sistemas de água e esgoto reconhecidos no ativo intangível e a variação no ano corresponde, substancialmente, ao incremento do custo de construção, que está vinculado aos gastos de formação da infraestrutura da concessão.

22. Gerais e administrativas

	2024	2023
Serviços/Rateio	(486)	(591)
Depreciação/amortização	(4)	(4)
Outros	(15)	(79)
Impostos e contribuições	(9)	(86)
	(514)	(760)

23.Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receita Financeira		
Rendimento de aplicação financeira	2.179	2.274
Juros recebidos	645	518
	2.824	2.792
Despesa Financeira		
Encargos financeiros de financiamentos e debêntures	(12.541)	(7.822)
Amortização do custo de transação	(202)	(120)
Encargos financeiros de arredamento mercantil	(41)	-
Outras despesas financeiras	(12)	(152)
Despesas e comissões bancárias	(655)	(564)
	(13.451)	(8.658)
Resultado Financeiro Líquido	(10.627)	(5.866)

A Variação no ano corresponde, substancialmente, serviço da dívida da 1ª emissão de debêntures que em 2023, incorreu apenas durante o segundo semestre e em 2024, durante todo o exercício.

24. Imposto de renda e contribuição social

	2024			2023		
	Corrente	Diferido	Total	Corrente	Diferido	Total
Imposto de Renda	(188)	(125)	(313)	(1.431)	(37)	(1.468)
Contribuição Social	(86)	(48)	(134)	(538)	(12)	(550)
	(274)	(173)	(447)	(1.969)	(49)	(2.018)

A provisão de IR/CSSL corresponde ao imposto a pagar em virtude do lucro fiscal ocorrido no 4º trimestre de 2024.

Os impostos diferidos, correspondem as diferenças temporárias reconhecidas na apuração do lucro real da Companhia.

25. Gerenciamento de riscos financeiros

25.1 Gestão de Risco Financeiro

A Companhia está exposta a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações.

a) Risco de negócio

O negócio da Companhia refere-se basicamente ao objeto social de captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários no município com o qual possui contrato de concessão. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões no local em que opera, sendo que o respectivo contrato de concessão possui prazo de validade definido de 30 anos. Em algumas situações, o poder concedente poderá, em caso de descumprimento relevante, rescindir o contrato de concessão antes do seu término, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. Os recursos hídricos disponíveis e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento e o processo de reajuste e revisão da tarifa é definido em contrato.

b) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros, minimizados pela não existência de concentração relevante da sua carteira de clientes e da manutenção dos depósitos bancários em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos investimentos e dos instrumentos financeiros representam a exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações contábeis, conforme descrito abaixo:

	2024	2023
Caixa e equivalente de caixa	173	117
Aplicações Financeiras	14.491	29.281
Contas a Receber	7.495	8.250
	22.159	37.648

c) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a financiamentos e debêntures.

A exposição ao risco de taxa de juros está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária.

Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, liquidações antecipadas, renovações de posições existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	2024	2023
Ativos Financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	173	117
Aplicações Financeiras	14.491	29.281
	14.664	29.398
Passivos Financeiros		
Debêntures e financiamentos	100.810	103.366

d) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não possui instrumentos financeiros com risco cambial.

e) Risco de liquidez

O Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às suas despesas de capital e operacionais, sem causar perdas relevantes ou prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	2024	2023
Debêntures e financiamentos	100.810	103.366
Fornecedores a pagar	971	970
	101.782	104.336

25.2 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía ativos ou passivos financeiros apresentados pelos seus valores justos por meio do resultado, dessa forma são apresentados os ativos e passivos mensurados ao custo amortizado.

A informação do valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações financeiras encontra-se a seguir:

	2024	2023
Ativos Financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	173	117
Aplicações Financeiras	14.491	29.281
Contas a receber	7.473	7.978
	22.137	37.376
Passivos Financeiros		
Debêntures e financiamentos.	100.810	103.366
Fornecedores a pagar	971	970
	101.782	104.336

26. Cobertura de seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos abaixo:

	2024	
	Valor segurado	Seguradora
Tipo de cobertura		
Responsabilidade civil	10.000	AXA Seguros, S.A.
Riscos ambientais	3.000	Chubb Seguros Brasil S.A.
Patrimonial	38.084	AXA Seguros, S.A.
Garantias	2.963	Swiss Re Brasil

A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos contratos de concessão.

* * *